

TCC/UNICAMP

V238d

1290003108/IE

Política Social

Brasil

FACULDADE DE CAMPINAS

ECONOMIA



1290003108

Monografia

**Desigualdade dos Rendimentos do Trabalho entre Homens e Mulheres na Região
Metropolitana de São Paulo em 2005**

Fabiola Braunger Valio

RA: 016019

Orientadora: Prof. Dra. Eugênia Troncoso Leone



Campinas, Dezembro de 2006

CEDOC/IE

200636103

FABÍOLA BRAUNGER VALIO

RA: 016019

**Desigualdade dos Rendimentos do Trabalho entre Homens e Mulheres na Região
Metropolitana de São Paulo em 2005**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação da Prof.^a Eugênia Troncoso Leone,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Campinas, Dezembro de 2006

Agradeço a todos os amigos e familiares que me acompanharam ao longo do curso, durante as dificuldades, incertezas e momentos de felicidade. Agradeço a minha orientadora pelos ensinamentos e aconselhamentos durante todo o trabalho de pesquisa e elaboração deste trabalho.

RESUMO

No Brasil, a desigualdade de rendimentos entre as pessoas economicamente ativas é muito elevada, e o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, que persiste mesmo com o crescimento e a consolidação da participação das mulheres no mercado de trabalho, é um aspecto dessa desigualdade. Neste trabalho será feito um estudo comparativo da distribuição dos rendimentos do trabalho entre homens e mulheres ocupados na região metropolitana de São Paulo no ano de 2005, na tentativa de entender as causas da diferenciação na distribuição da renda. A análise será feita comparando-se os quatro intervalos quartílicos dos rendimentos. A fonte de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

Palavras-Chave: Distribuição de rendimentos; Desigualdade; Índice de Gini; Gênero.

ÍNDICE

Introdução	01
Capítulo 1 – A Distribuição de Renda	
1.1 – Distribuição de Renda no Brasil	02
1.2 – Distribuição de Renda por Gênero	06
1.3 – A Evolução do Trabalho Feminino no Contexto Histórico	07
1.4 – As Mudanças nas Características do Trabalho Feminino	08
1.5 – A Região Metropolitana de São Paulo	09
Capítulo 2 – Análise da Distribuição de Renda por Gênero	
2.1 – Análises	13
2.2 – Conclusão	33
Bibliografia	35

INTRODUÇÃO

A distribuição de renda no Brasil está entre as mais desiguais no mundo inteiro. Essa desigualdade se aprofundou entre meados das décadas de 60 e 70 e ainda hoje permanece nesse patamar elevado.

A partir da década de 70 intensificou-se a participação das mulheres no mercado de trabalho, que prosseguiu na década seguinte apesar da estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação. Nos anos 90, entretanto, aumentou o desemprego feminino, pois o aumento de postos de trabalho para mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA feminina.

A consolidação da participação da mulher no mercado de trabalho não se reflete somente na aproximação por sexo das taxas de participação, mas também na diminuição da diferença salarial entre homens e mulheres. Entretanto, apesar de possuírem um nível de escolaridade médio superior ao dos homens, as mulheres ainda hoje recebem apenas cerca de 70% do rendimento dos homens.

A expansão da taxa de participação feminina é consequência das profundas transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas, nos âmbitos demográfico, social, cultural, político, econômico e tecnológico, que redundaram em redução das taxas de fecundidade, envelhecimento da população, aumento do número de mulheres chefes de família, expansão da escolaridade e novos valores relativos aos papéis das mulheres na sociedade (SEADE, 2005)

No primeiro capítulo será feita uma revisão dos principais trabalhos que têm a desigualdade de rendimentos como foco principal. O objetivo é contextualizar com base nos diferentes autores a problemática da desigualdade. O primeiro tópico abordará a distribuição de renda no Brasil e trará um histórico da concentração nas últimas décadas. Em seguida, começará a ser feita a análise por gênero, onde será identificado o problema de os rendimentos femininos serem inferiores aos masculinos. Nos tópicos seguintes, será abordada a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças nas características das ocupadas e nas suas condições de trabalho, na tentativa de explicar o porquê da diferenciação de rendimentos anteriormente identificada. No último tópico a análise da concentração será restringida à região metropolitana de São Paulo, que possui um comportamento distinto do resto do país e cuja importância para este trabalho será devidamente explicada.

A análise empírica será feita no segundo capítulo, através da apresentação de dados e tabelas elaborados a partir da PNAD 2005 que comprovem a distribuição de renda em favor da população ocupada masculina. Também será traçado um perfil da população ocupada na região metropolitana de São Paulo em cada intervalo quartílico, de forma a caracterizar os ocupados e as condições de trabalho.

CAPÍTULO 1 – A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

1.1 – Distribuição de Renda no Brasil

O Brasil encontra-se em um padrão inaceitável em termos de justiça distributiva, figurando entre os mais elevados graus de concentração de renda do mundo. No ano 2000, para um conjunto de 92 países estudados (que possuíam dados confiáveis), o Brasil era o terceiro país com a maior desigualdade na distribuição de renda, com um índice de Gini de 0,6 (valor praticamente igual ao final da década de 70), sendo que a maioria dos países sul-americanos estava no intervalo de 0,45 a 0,6. A renda média dos 10% mais ricos representava 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres, enquanto que a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres superava o valor de 30, sendo que na maioria dos países esse valor não chega a 10. Os 10% mais ricos se apropriam de 50% da renda total das famílias, e os 50% mais pobres possuem cerca de 10% da renda (Barros, Henriques e Mendonça, 2000).

A desigualdade da distribuição da renda no Brasil se caracteriza pela grande proporção da renda apropriada pelos 10% ou 5% mais ricos. Os 5% mais ricos na população economicamente ativa no Brasil, em 2001, correspondiam a mais de 3,4 milhões de pessoas que ganhavam acima de R\$ 3.500 por mês e se apropriavam de um terço da renda total. A PEA, neste mesmo ano, totalizava 68 milhões de pessoas, e o salário mínimo era apenas R\$ 180 (Hoffmann, 2002).

Para entender a desigualdade que persiste ainda hoje é necessário fazer algumas considerações sobre este fenômeno em décadas anteriores. A economia brasileira teve um crescimento extraordinário no último século, com um aumento de quarenta e uma vezes do PIB e de oito vezes da renda per capita (Grisa, 2003), mas a renda não foi distribuída. Neste sentido, o desenvolvimento econômico brasileiro sempre foi excludente.

Na década de 60 houve um grande aumento da desigualdade da distribuição da renda no Brasil, devido provavelmente às políticas econômicas e sociais implementadas durante o regime militar. O salário mínimo atingiu os maiores valores no fim da década de 50 e no começo da década de 60, perdendo gradativamente poder aquisitivo e de forma mais acentuada a partir de 1964, devido ao desmantelamento dos sindicatos e dos reajustes promovidos pelo governo militar que subestimavam a evolução da inflação e o crescimento da produtividade. O salário mínimo é um importante determinante da remuneração da mão-de-obra não qualificada da economia, e a sua fixação em um nível muito baixo durante o regime militar implicou na contenção das remunerações dos trabalhadores não qualificados das diferentes categorias sindicalizadas, contribuindo para a ampliação da dispersão salarial. O índice de Gini de 0,5 no início da década elevou-se para 0,6 até o começo da década seguinte.

O crescimento econômico, durante a década de 60, foi acompanhado pela alta pobreza rural, intenso fluxo migratório, permanente aumento no preço dos alimentos e repressão política da classe trabalhadora nas grandes cidades. Ainda que o crescimento econômico e a mudança estrutural (urbanização e industrialização) fossem fatores positivos no sentido de reduzir a pobreza, a marginalização da população rural, a expansão da força de trabalho, a evolução dos preços relativos e a política salarial seguraram a renda dos trabalhadores na base da pirâmide distributiva. A fração de renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou oito pontos percentuais no período, enquanto que a fração de renda apropriada pelos 50% mais pobres declinou três pontos (Ministério da Ciência e Tecnologia; Hoffmann, 2002).

A primeira metade da década de 70 foi marcada pelo “milagre econômico”, um processo de rápido crescimento econômico acompanhado de um grande aumento do emprego e redução nos níveis de pobreza absoluta (Velloso, 1991). O crescimento econômico persistente, liderado pela indústria e pelo setor de serviços com veloz criação de empregos qualificados e não qualificados, ampliou o poder de barganha dos trabalhadores manuais, e uma melhor política salarial estabelecida no meio da década permitiu aumentos reais no salário mínimo. Mas boa parte da população foi excluída, e os benefícios do desenvolvimento econômico e da modernização ficaram limitados a poucos setores (Schwartzman, 1994). O aumento no grau de desigualdade ao longo da década de 70 persistiu, mesmo sendo de menor magnitude. A fração de renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou um ponto percentual entre 1970 e 1980, e a apropriada pelos 50% mais pobres declinou um ponto. A desigualdade de renda, desde 1977, com exceção da conturbada década de 1980, se manteve praticamente constante (Ministério da Ciência e Tecnologia).

Na década de 80 a desigualdade medida pelo índice de Gini apresentou algumas oscilações. O ano de 1981 teve um valor relativamente baixo de desigualdade da distribuição dos rendimentos. O valor do Gini, que era de 0,591 em 1983, recuou para 0,586 em 1984, para depois crescer de forma continuada, mostrando um crescimento extraordinário da desigualdade da renda entre 1987 e 1989. A inflação acelerada contribuiu para aumentar ainda mais a desigualdade da distribuição da renda no país, que atingiu um pico em 1989, no último ano do governo Sarney. Neste ano, o índice de Gini do rendimento das pessoas ocupadas e com rendimentos atingiu 0,63, colocando o Brasil como o mais desigual dos países do mundo com dados confiáveis sobre a distribuição de renda (Langoni, 1973; Hoffmann, 2002).

As medidas adotadas na fase de preparação da reforma monetária que inaugurou o Plano Real, como a conversão dos salários em geral para a média do seu poder aquisitivo e o salário mínimo, em particular, visavam impedir os efeitos redistributivos na criação da Unidade Real de Valor. No entanto, apesar desses cuidados em busca de uma pretensa neutralidade distributiva, a concentração da renda se elevou nos meses que antecederam o sétimo programa de estabilização

econômica implantado no país desde 1986. Apesar da intenção não distributiva dos formuladores do Plano Real, o fato é que, após seu lançamento, a renda passou por um intenso processo de desconcentração, que durou praticamente dois anos. No entanto, a melhoria da distribuição pessoal da renda, que ocorreu a partir de julho de 1994, pode ser atribuída ao fim do imposto inflacionário, mas apenas no momento da queda abrupta dos patamares de inflação. Nos meses posteriores, os fatores atuantes foram outros, como o rápido crescimento da economia, a queda das taxas de desemprego e a mudança de preços relativos em favor dos serviços.

Com o declínio da inflação, houve ganhos na média real anual dos rendimentos dos ocupados. O fato de o Plano Real ser eficaz na contenção dos preços industriais e agrícolas, mas não dos preços de serviços, já que estes não sofrem a concorrência real ou potencial das importações e por não serem exportados, resultou em um crescimento da renda dos trabalhadores não assalariados que prestavam serviços pessoais ou ao domicílio. Nesse caso, os rendimentos subiram significativamente acima da média da inflação.

Por ter adotado uma estratégia de estabilização ancorada no câmbio, o governo se viu obrigado, a partir de março de 1995, a interromper a trajetória de crescimento da economia. Isso porque a crise cambial no México sinalizou uma nítida inconsistência entre a manutenção da âncora cambial no Plano Real e um descontrolado crescimento das importações. Já com alguns bilhões de dólares a menos na conta das reservas, o governo manteve a política cambial e freou, de forma abrupta, o sistema econômico. Com a economia desacelerando no segundo semestre de 1995, o desemprego na indústria se agravou, sendo este o primeiro setor a sentir os efeitos da contenção do crédito e da elevação das taxas de juros.

Por fim, a maneira como o país se inseriu no processo de globalização com o Plano Real, caracterizado por intensos fluxos de capital e abertura comercial, foi desfavorável ao mercado de trabalho (Leone, 2006). A liberalização das importações foi indiscriminada, prejudicando a produção nacional devido à incapacidade de competição dos produtos internos com os importados. A entrada descontrolada de capitais favoreceu a valorização da moeda nacional, que foi mantida artificialmente abaixo do seu nível natural por meia década através de elevadas taxas de juros. A política de alta taxa de juros prejudicou o crédito em moeda nacional e aumentou ainda mais a dívida pública. O fim do imposto inflacionário e a redução das incertezas provocaram uma melhora dos salários, mas, se de um lado observou-se um aumento razoável da renda dos trabalhadores mais pobres devido ao fim do imposto inflacionário, de outro, ocorreu uma elevação no custo dos serviços para os assalariados de classe média.

As mudanças na economia, entre 1993 e 1997, com a forte entrada de capital, provocaram um intenso aumento da taxa de desemprego (que passou de menos de 5%, em 1989 para 10,5% em 1999) e também uma intensa diminuição da proporção de empregados formais (de 53% para 43%).

Neste período houve grande crescimento nas ocupações de emprego sem carteira de trabalho, trabalhador por conta própria, serviço doméstico remunerado, trabalho sem remuneração e pequenos empregadores (Baltar e Leone, 2006). No período entre 1994 e 1998, a taxa média de crescimento do produto foi de 3,2%, e a taxa média anual de expansão do emprego formal foi apenas 1,1% (RAIS).

O crescimento da população economicamente ativa continuou intenso devido ao aumento da participação na atividade econômica das mulheres adultas de 25 a 59 anos (de 53,4% em 1992 para 59% em 1999), apesar da forte diminuição da taxa de participação dos jovens de 15 a 20 anos de idade do sexo masculino (de 71,7% em 1992 para 60,9% em 1999). A taxa de desemprego entre as mulheres adultas aumentou de 6,5% para 9,9% no período, e o dos jovens foi de 11,9% para 20,1%, ao mesmo tempo em que a proporção de ocupados entre os homens de 15 a 20 anos de idade caiu de 63,2% para 48,6% (Baltar, Krein e Moretto, 2006).

Entre 1999 e 2002, ocorreu uma expansão de 17% do número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e de 2,3% de trabalhadores por conta própria, enquanto que a proporção de trabalhadores com carteira elevou-se 8,1%. Mesmo com o aumento do emprego formal, quase 50% dos ocupados em 2002 nas regiões metropolitanas eram trabalhadores autônomos ou sem carteira de trabalho. Segundo os dados da RAIS, entre 1999 e 2004, ocorreu uma geração líquida de quase 7 milhões de empregos formais no Brasil (Santos, 2006).

A desigualdade na distribuição da renda atingiu um nível relativamente baixo em 1992, mas a baixa desigualdade não significa que a distribuição da renda tenha sido melhor, pois o rendimento médio era excepcionalmente baixo e fazia com que o nível de pobreza fosse relativamente elevado. O índice de Gini para este ano era de 0,575. Já em 1993, novamente com inflação elevada, ocorreu um grande crescimento da desigualdade (o índice de Gini subiu para 0,605). O índice de Gini da distribuição do rendimento de todas as fontes das pessoas economicamente ativas estava um pouco acima de 0,6, indicando uma desigualdade mais elevada do que no período militar. Verificou-se uma redução da desigualdade até 1995 para o Brasil (o índice de Gini era 0,589), mas houve um aumento da desigualdade entre as regiões. Entre 1996 e 1997 o índice foi estável, permanecendo com o valor de 0,584. No período de 1993 a 2001 ocorreu uma redução substancial da desigualdade em todas as regiões. 1999 é um dos anos com menor desigualdade de rendimento entre as pessoas economicamente ativas com rendimentos, com um índice de Gini de 0,57. Em 2001 o índice de Gini para o Brasil era 0,57 (Hoffmann, 1998; Hoffmann, 2002).

Entre 2002 e 2005 ocorreu um movimento de aumento da formalização dos contratos de trabalho de 4,9% ao ano, superior ao verificado entre 1993 e 1997, acompanhado por pequena, mas significativa, elevação dos outros tipos de ocupação. Destaca-se no período a elevação de 2,7% ao ano do emprego doméstico, 2,3% ao ano do trabalho por conta própria e dos empregadores,

enquanto que o emprego informal teve a menor taxa de crescimento anual, apenas 1,5%. O aumento da formalização nas relações de trabalho deve-se ao crescimento econômico mundial a partir de 2002 (favorecendo um grande aumento das exportações brasileiras e a geração de empregos nas empresas de grande porte) e à maior fiscalização no cumprimento das regulamentações de impostos, previdência social e leis do trabalho (Baltar e Leone, 2006).

Em síntese, vários são os fatores que poderiam ter contribuído para a grande desigualdade na distribuição da renda nas últimas décadas, mas os mais importantes, neste período, seriam efeitos da inflação e do salário mínimo sobre a renda e a concentração. Verificou-se um efeito positivo da inflação sobre o grau de desigualdade, no período entre 1979 e 1996, enquanto que o valor real do salário mínimo teve um efeito negativo sobre essa mesma desigualdade. A inflação elevada contribuiu para aumentar a desigualdade da distribuição da renda, uma vez que ela provoca perdas no valor do salário real da população pobre após o seu pagamento, enquanto que os mais ricos possuem maiores facilidades para proteger os seus rendimentos (aplicações bancárias). A inflação acelerada contribuiu para aumentar ainda mais a desigualdade da distribuição da renda no país, que atingiu um pico em 1989, no último ano do governo Sarney. Outros fatores a serem considerados como concentradores da renda seriam a distribuição da riqueza (incluindo a propriedade da terra) e as diferenças na escolaridade das pessoas (Hoffmann, 1998).

A recuperação do nível de ocupação nos anos recentes tem excluído os trabalhadores de menor qualificação, que são os mais afetados pelo desemprego e acabam por não se beneficiar da ampliação dos postos de trabalho.

1.2 – Distribuição de Renda por Gênero

A enorme diferenciação de rendimentos entre homens e mulheres continua significativa, mesmo com a sua expressiva redução na década de 90. Essas diferenças podem estar associadas a atributos pessoais dos indivíduos, tais como idade e escolaridade, ou a características do mercado de trabalho, como posição na ocupação, setor de atividade, jornada de trabalho e tamanho do negócio (Baltar, 2003).

Quando se abre a análise por gênero, em 1997, todos os percentis de distribuição de renda para a PEA masculina são maiores do que os percentis correspondentes da distribuição da renda para a PEA feminina, mas o índice de Gini indica que a renda é um pouco menos concentrada entre as mulheres (Hoffmann, 2000).

Nenhum país no mundo, atualmente, por mais avançado que seja, alcançou uma perfeita equidade entre os sexos em relação às oportunidades sociais e de trabalho e rendimentos. Na década

de 90, verificou-se uma melhora nos rendimentos das mulheres, mas estes ainda são baixos e inferiores aos rendimentos dos homens. Mesmo com as oportunidades geradas pela globalização, as mulheres recebem, atualmente, em geral, apenas 78% dos rendimentos dos homens, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento (Fórum Econômico Mundial, 2005). No Brasil, o rendimento médio do trabalho da mulher equivalia a 55,7% do rendimento médio do trabalho do homem em 1981, e 70,6% em 2002 (Hoffmann e Leone, 2004).

Homens e mulheres têm comportamentos inteiramente diferenciados ante o mercado de trabalho, a começar pela luta para sair de casa e se inserir no mercado, que ainda exige da mulher a superação de inúmeros obstáculos e a convivência com diversas dificuldades associadas às responsabilidades domésticas e socializadoras desempenhadas por ela. À medida que o nível de participação feminina aumenta, tornam-se mais visíveis as diferenças entre os sexos em termos de desemprego (principalmente entre as mulheres negras), rendimento, presença em cargos de direção e precariedade na inserção ocupacional (SEADE, 2005).

1.3 – A Evolução do Trabalho Feminino no Contexto Histórico

Mesmo em um contexto econômico pouco favorável, na década de 90, constatou-se uma ampliação das taxas de participação feminina, tendência já observada desde os anos 70 e que se intensificou nos anos 80 e 90, principalmente entre as mulheres adultas, refletindo, em parte, a permanência da cônjuge com filhos no trabalho. (Leone, 2003).

A intensificação da participação das mulheres no mercado de trabalho ocorreu na década de 70 e prosseguiu na década de 80 apesar da estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação. As mulheres com mais de 25 anos, com maior instrução e um nível de renda não muito baixo foram as que mais se inseriram no mercado em postos de trabalho remunerado (Hoffmann e Leone, 2004).

Na década de 90, o crescimento do nível de ocupação na economia foi insuficiente para absorver a ampliação da PEA, provocando o aumento da taxa de desemprego. A maior oferta de mão-de-obra verificada deveu-se à ampliação do contingente de trabalhadoras do sexo feminino. Como contrapartida ao aumento de participação, a taxa de desemprego feminino cresceu significativamente. Houve uma precarização da estrutura ocupacional, principalmente entre as mulheres, devido à informalidade das relações de trabalho e pelos baixos salários (Leone, 2003). O emprego doméstico foi a categoria que mais absorveu mulheres no mercado de trabalho nesta década (Andrade, 2004).

Em 2000, quando houve a recuperação da economia e reversão da tendência de desemprego, a taxa de participação das mulheres cresceu em um ritmo menor do que no ano anterior. As novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, geradas pela breve recuperação da produção após a desvalorização do real, foram decorrentes da ampliação de postos de trabalho no setor industrial e em serviços destinados às atividades produtivas (setores de predominância masculina). Houve decréscimo nas taxas de desemprego total de ambos os sexos, porém com menor intensidade para as mulheres (Leone, 2003).

Em 2001, quando houve um declínio do crescimento da atividade econômica, as taxas de desemprego de ambos os sexos mantiveram-se praticamente estáveis. Já a taxa de participação feminina cresceu, mantendo a trajetória ascendente, enquanto que a taxa de participação masculina sofreu uma variação negativa. Desta vez foram as mulheres que mais aproveitaram as novas oportunidades criadas principalmente no comércio e nos serviços em um contexto de baixa atividade econômica (Leone, 2003).

Entre 2002 e 2004 constatou-se um crescimento do emprego formal igualmente intenso para homens (5,1% ao ano) e para mulheres (5,3% ao ano), enquanto a ocupação não-formal (trabalhadores sem carteira, por conta-própria, não remunerados, serviço doméstico e empregadores) ficou constante para os homens e aumentou para as mulheres cerca de 3,6% ao ano. O desempenho do mercado de trabalho mostrou-se insuficiente para absorver o aumento da participação da população feminina, reduzindo pouco o desemprego e dando continuidade a um intenso crescimento da ocupação não-formal nos mais variados setores de atividade (Leone, 2006)

1.4 – As Mudanças nas Características do Trabalho Feminino

Os atributos pessoais das trabalhadoras ocupadas mudaram nas últimas décadas. Na década de 70, as trabalhadoras eram em sua maioria jovens, solteiras e pouco escolarizadas. Já na década de 80, as mulheres com idade acima de 25 anos, chefes e cônjuges, com níveis mais elevados de instrução e com nível de renda não muito baixo, foram as que mais aumentaram sua participação no trabalho remunerado (Hoffmann e Leone, 2004).

Com relação à idade, o aumento da participação feminina atingiu principalmente as mulheres mais maduras, devido ao crescimento dos serviços domésticos remunerados, que passaram a absorver mulheres de mais idade, e pela falta de outras oportunidades ocupacionais, bem como a maior permanência das mulheres no emprego. A taxa de atividade feminina alcançou um máximo na faixa de 35 a 39 anos entre 1995 e 2002, e uma redução na faixa abaixo de 20 anos (Hoffmann e Leone, 2004).

A mudança na escolaridade das mulheres ocupadas constitui um fato interessante e muito discutido, uma vez que mesmo o melhor desempenho educacional feminino não tem o poder de diminuir a distância entre os rendimentos dos homens e das mulheres. Desde a década de 90, o nível médio de escolaridade entre as mulheres aumentou, mas tem sido contínua a concentração de mulheres em postos de trabalho que exigem menor escolaridade. Uma grande parcela das mulheres com pelo menos 11 anos de estudo está em ocupações de nível médio, enquanto que, em relação aos homens, com a mesma escolaridade, eles estão em ocupações de nível superior (Machado, Oliveira, Carvalho, 2000).

Outra mudança foi nos arranjos familiares de inserção na atividade econômica, onde parcelas crescentes dos rendimentos familiares tornaram-se responsabilidade das mulheres (Leone, 2003). Em 2003, 28,8% das famílias brasileiras passaram a ter mulheres como pessoa de referência, contra 16% em 1981 (Lavinias, 2005; Montali e Lopes, 2002).

Quanto à posição na família, em 2003, verifica-se que as famílias compostas por apenas uma pessoa ou por casais sem filhos estão concentradas entre os 40% mais ricos, sendo que a concentração é mais acentuada para as famílias chefiadas por mulheres. Na grande maioria dos casos, as mulheres são chefes de família quando não possuem um cônjuge. A maternidade não mais retira a mulher do mercado de trabalho, apenas reduz as suas possibilidades profissionais, encaminhando geralmente a trabalhos menos qualificados e de jornadas reduzidas. Os diferenciais de rendimento no trabalho variam entre os sexos sensivelmente em função da posição na família e da classe de renda. Nas classes de renda mais altas existem as maiores diferenciações entre os rendimentos dos homens e das mulheres, quando elas são chefes de família, enquanto que, na posição de cônjuge, o maior diferencial aparece nos níveis mais baixos de renda. A inserção feminina no mercado de trabalho é mais desfavorável quando ela é cônjuge do que na posição de chefe, para todas as classes de renda (Lavinias, 2005).

As diferenças de trabalho masculino e feminino têm diminuído, só que agora não somente pela capacidade das mulheres de entrarem no mercado reservado aos homens, mas também pela redução deste último e pela participação conjunta de homens e mulheres nos empregos precários que hoje o mercado de trabalho oferece a ambos os sexos (Hoffmann e Leone, 2004)

1.5 – A Região Metropolitana de São Paulo

O estudo da região metropolitana de São Paulo justifica-se por ser ela a principal aglomeração urbana do país e economicamente a mais importante. Ela concentra 73% da indústria de confecção e vestuário do estado, 65% da indústria química, 72% da fabricação de equipamentos

de informática, 70% da produção de material elétrico, 64% da indústria automobilística e 70% de todo o valor adicionado dos serviços do estado (PAEP 2001). A região possui características mais acentuadas, se comparada às outras regiões, que são relevantes para esse trabalho na comparação entre os rendimentos por gênero.

A região metropolitana de São Paulo, mesmo com a maior redução das atividades industriais sofrida na década de 90, se comparada às outras regiões metropolitanas, ainda continua entre os setores que mais absorvem mão-de-obra feminina. Com relação aos rendimentos, a menor parcela de mulheres ocupadas ganhando menos de dois salários mínimos encontrava-se na região metropolitana de São Paulo, mas também havia proporções mais significativas de mulheres que recebiam acima de dez salários mínimos na região. A jornada de trabalho também se destaca e, comparativamente às outras regiões metropolitanas, é a que possui a maior parcela de mulheres trabalhando acima de 40 horas. A proporção de mulheres que completou pelo menos o ensino médio cresceu na década de 90, junto com os aumentos gerais de escolaridade, mas seu crescimento foi pequeno e semelhante às regiões metropolitanas do nordeste (Leone, 2003).

A região sofreu mais fortemente os efeitos da crise da década de 90 do que as outras regiões, mas a retomada econômica pós Plano Real e a grande reestruturação produtiva redesenharam o mercado de trabalho, provocando perdas significativas de postos de trabalho na indústria. A população acima de 15 anos apresentou uma média de crescimento anual, entre 1994 e 1999, de 2,5%. Como a PEA cresceu a taxas relativamente elevadas, a taxa de desemprego também cresceu e a situação tornou-se crítica dado o tamanho do contingente de desempregados (mais de 500 mil trabalhadores em dezembro de 1999) (Rocha, 2000).

Na década de 90, a região metropolitana de São Paulo apresentou o maior crescimento da taxa de ocupação entre as mulheres adultas, bem como a maior taxa de desemprego geral e feminino e de informalidade do trabalho. Desde 1999 a taxa de ocupação feminina tem crescido todos os anos, a um ritmo mais acelerado que a masculina, atingindo o valor de 44,7% em 2005 (SEADE, 2005).

A Região Metropolitana de São Paulo perdeu participação relativa na atividade econômica paulista entre 1996 e 2001, passando de 60% para 53%. No caso industrial, a redistribuição de participação para o interior deveu-se ao péssimo desempenho em 2001, quando, com queda da renda da população, houve maiores perdas para a indústria metropolitana, voltada para o mercado interno, do que para as regiões de seu entorno, com produção destinada também à exportação (PAEP, 2001).

Entre 1989 e 2001, estima-se que tenham sido geradas 1.158.000 novas ocupações na região metropolitana de São Paulo, das quais 70% foram ocupadas por mulheres. Isso significa a ampliação do nível de ocupação das mulheres em 32,9%, enquanto que entre os homens a

ampliação foi de 8,7% no mesmo período. Desta forma, a participação das mulheres no conjunto dos ocupados passou de 38,4% para 43,2% (SEADE, 2002).

Entre as mulheres, neste mesmo período de 1989 a 2001, registrou-se redução de 19,5% do rendimento médio, bem abaixo da diminuição do rendimento médio do homem, de 31,5%. Em 1989, as mulheres ocupadas recebiam, por hora, o equivalente a 64% do que ganhavam os homens, proporção que aumentou para 75,5% em 2001, resultado alcançado pela maior deterioração do rendimento masculino que do feminino. Com relação à massa dos rendimentos do trabalho, as mulheres passaram a se apropriar de 32,7% em 2001, contra os 25,3% de 1989, aumento decorrente da ampliação de 8,2% no total da massa de seus rendimentos e da queda de 24,6% da massa de rendimentos dos homens (SEADE, 2002). Já entre 2004 e 2005, o rendimento médio das mulheres ocupadas diminuiu 2,1%, enquanto o dos homens aumentou ligeiramente (0,7%). Com isso, o valor recebido por hora de trabalho pelas mulheres (R\$ 4,87) passou a corresponder a 75,6% do recebido pelos homens (R\$ 6,44). Tal comportamento é reflexo das características dos postos de trabalho em que boa parte das mulheres se inseriram em 2005 (SEADE, 2005).

A reestruturação do mercado de trabalho implicou na redução de postos de trabalho assalariados com carteira no setor privado e no crescimento expressivo do contingente de autônomos, assalariados sem carteira no setor privado e de outras formas de inserção. Entre as novas ocupações criadas, os homens ocuparam 67,9% das ocupações autônomas e 56,2% das posições assalariadas sem carteira no setor privado, enquanto as mulheres participaram majoritariamente do aumento das outras posições, ocupando 78,7% delas, entre as quais predominam as empregadas domésticas. A taxa de assalariamento no período caiu de 72,1% para 63% (SEADE, 2002).

Em 2001, a região metropolitana de São Paulo apresentava um índice de Gini de 0,54, abaixo do índice nacional de 0,57. A média do rendimento per capita mensal das famílias encontrava-se acima da média nacional, R\$ 428,3 contra R\$ 300. Neste mesmo ano, o rendimento médio dos 10% mais ricos equivalia a 18 vezes o rendimento médio dos 40% mais pobres, enquanto que para o total do país essa relação era de 24,5 (Hoffmann, 2002).

Em 2005, a participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto ocupadas quanto desempregadas, permaneceu estável em 55,5% com relação a 2004, embora seja o maior nível desde 1985. Já entre os homens, manteve-se a tendência de redução desse indicador, ao passar de 73%, em 2004, para 72,4%, em 2005. A participação de mulheres entre 25 e 49 anos e negras aumentou, reduzindo-se a participação das faixas etárias extremas (mais jovens e mais velhas), enquanto que, entre os homens, saíram do mercado de trabalho principalmente adultos, chefes de domicílio e negros (SEADE, 2005).

O crescimento da ocupação entre as mulheres reflete o desempenho positivo dos setores de atividade na região metropolitana de São Paulo, com destaque para o industrial, mas também o de comércio e serviços (que abrigava 50,8% das mulheres ocupadas em 2005). Para os homens, o aumento do nível de ocupação também foi setorialmente generalizado, mas com intensidade muito inferior ao observado entre as mulheres. Os serviços domésticos têm perdido importância para a inserção ocupacional das mulheres, mesmo que ainda abrigue 18,3% das ocupadas em 2005. Dos postos de trabalho criados em 2005 na região metropolitana de São Paulo, 60,4% foram ocupados pelas mulheres (SEADE, 2005).

Do total de desempregados na região metropolitana de São Paulo, em 2005, 54% eram mulheres. A taxa de desemprego total das mulheres, entre 2004 e 2005, diminuiu de 21,5% para 19,7% da PEA, o menor valor desde 1998, devido ao aumento do nível ocupacional feminino. Entre os homens, o decréscimo foi mais intenso, de 16,3% para 14,4%, ampliando a diferença entre as taxas de desemprego de mulheres e homens. No caso dos homens, frente à redução de sua taxa de participação, a diminuição do desemprego refletiu o crescimento da ocupação aliado à saída do mercado de trabalho. (SEADE, 2005).

CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA POR GÊNERO

2.1 – Análises

As tabelas a seguir visam comprovar que a distribuição de renda é favorável à população ocupada masculina, bem como caracterizar a população ocupada na região metropolitana de São Paulo e as condições de trabalho em cada intervalo quartílico.

O universo de análise é constituído pelas pessoas ocupadas com declaração positiva de rendimentos na região metropolitana de São Paulo. Foram excluídas aquelas pessoas que estão ocupadas em atividades de autoconsumo e de autoconstrução e que não possuem rendimentos. A fonte de dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005. Toda análise é feita por gênero em cada intervalo quartílico. Para eliminar-se o problema de comparação dos rendimentos entre trabalhadores com jornadas de trabalho diferentes, será criada uma nova variável de rendimentos em salários mínimo hora.

Os intervalos quartílicos não possuem a mesma quantidade de pessoas devido à existência de rendimentos iguais, ou seja, como o valor de cada quartil se repete para muitas pessoas, todos os que possuem como rendimento o valor do quartil foram deixados em um mesmo intervalo, devido à dificuldade em dividi-los em intervalos diferentes.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas dos Rendimentos

Ocupados, remunerados, rendimentos positivos, região metropolitana de São Paulo, 2005					
Estatísticas	IQ 1	IQ 2	IQ 3	IQ 4	Total
Frequência	2.010.780	2.441.601	2.063.541	2.153.155	8.669.077
Média	1,01	1,80	3,04	11,80	4,40
Moda	1,10	1,83	3,67	4,40	1,83
Desvio Padrão	0,29	0,24	0,55	19,99	10,86
Coefficiente de Variação	0,28	0,14	0,18	1,69	2,47
Mínimo	0,08	1,47	2,21	4,21	0,08
Máximo	1,46	2,20	4,19	733,35	733,35
1º Quartil	0,86	1,58	2,57	5,34	1,47
Mediana	1,10	1,83	2,93	7,33	2,20
3º Quartil	1,22	2,00	3,52	12,22	4,19
Gini	0,16	0,08	0,10	0,42	0,55

Fonte: PNAD 2005, elaboração própria

A população total de ocupados na região metropolitana de São Paulo é de aproximadamente 8,7 milhões. A média dos rendimentos é 4,4 salários mínimo hora, ou seja, em média, a população ocupada da região metropolitana de São Paulo recebe 1.320 reais, um valor alto se levarmos em consideração que esse patamar só é atingido no quarto intervalo quartílico (25% mais ricos da

população). A mediana é apenas metade da média, indicando a falta de homogeneidade da distribuição dos rendimentos e a alta variabilidade (desvio padrão de 10,86 e coeficiente de variação de 2,47). O índice de Gini de 0,55 é semelhante ao do Brasil, indicando uma alta concentração de rendimentos na região que deveria ter uma distribuição melhor, considerando-se o nível de desenvolvimento e da atividade econômica. As análises seguintes mostrarão como essa concentração dos rendimentos deve-se à participação do último intervalo quartílico e, principalmente, do grupo de alta renda composto majoritariamente por homens.

Os três primeiros intervalos quartílicos possuem uma distribuição homogênea dos rendimentos; eles são diferentes entre si (com uma diferença de rendimentos médios de aproximadamente 60% entre um intervalo e outro), mas internamente eles são homogêneos. A homogeneidade pode ser verificada por três fatores: a média e a mediana de cada intervalo é praticamente idêntica (demonstrando uma distribuição simétrica), o desvio padrão e o coeficiente de variação são muito baixos (pouca variabilidade dos rendimentos) e o índice de Gini é muito pequeno (baixa concentração dos rendimentos). Esses fatores demonstram a pequena variabilidade dos rendimentos e a desconcentração em cada um desses intervalos, comprovando que a distribuição é muito homogênea e simétrica.

O quarto intervalo, em compensação, possui uma média que é quase 4 vezes a média do terceiro intervalo e uma mediana 2,5 maior que a anterior. A própria diferença entre média e mediana (de 4,5 salários), bem como o alto desvio padrão (aproximadamente 20) e coeficiente de variação (1,69), indicam que a distribuição do quarto intervalo, ao contrário dos três anteriores, é muito heterogênea. O índice de Gini de 0,42, bem abaixo do índice nacional, está no mesmo nível de países mais desenvolvidos que ainda apresentam uma certa concentração de renda mas, por se tratar de apenas um quarto da população ocupada da região metropolitana de São Paulo, os 25% mais ricos, pode-se afirmar que o valor do índice é muito elevado, o que contribui para a concentração de rendimentos da região.

É possível, então, agrupar todos os ocupados da região em apenas quatro intervalos, sendo que os três primeiros são muito homogêneos, e o último, que engloba os 25% mais ricos da população, é extremamente heterogêneo. Sem esse quarto da população, a distribuição de rendimentos seria menos concentrada, uma vez que, como indica o Eta^2 de praticamente 40%, este intervalo sozinho contribui com 60% das diferenças de rendimentos na região metropolitana de São Paulo.

Uma vez verificado que os três primeiros intervalos quartílicos são muito homogêneos, apesar de diferentes entre si, e a concentração e a alta variabilidade dos rendimentos dos ocupados da região metropolitana de São Paulo devem-se ao quarto intervalo, a seguir será demonstrado que

neste último intervalo, dos mais ricos da população, estão predominantemente os homens, e que a participação das mulheres no grupo de mais alta renda é muito pequena.

Tabela 2 – Estatísticas Descritivas dos Rendimentos por Intervalo

Estatísticas	Ocupados, remunerados, rendimentos positivos, região metropolitana de São Paulo, 2005									
	IQ 1		IQ 2		IQ 3		IQ 4		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Frequência	952.989	1.057.791	1.311.271	1.130.330	1.219.851	843.690	1.313.045	840.110	4.797.156	3.871.921
Média	1,03	0,99	1,82	1,79	3,04	3,04	12,60	10,55	4,92	3,74
Moda	1,10	1,10	2,20	1,83	3,67	2,93	7,33	4,40	2,20	1,10
Desvio Padrão	0,27	0,30	0,24	0,25	0,55	0,54	23,94	11,23	13,40	6,39
Coefficiente de Variação	0,26	0,30	0,13	0,14	0,18	0,18	1,90	1,06	2,72	1,71
Mínimo	0,08	0,10	1,47	1,47	2,21	2,21	4,21	4,23	0,08	0,10
Máximo	1,46	1,44	2,20	2,20	4,19	4,19	733,35	183,34	733,35	183,34
1º Quartil	0,88	0,81	1,63	1,54	2,57	2,57	5,50	5,13	1,53	1,33
Mediana	1,10	1,07	1,83	1,82	2,93	2,93	7,33	7,33	2,38	2,00
3º Quartil	1,22	1,22	2,00	1,98	3,56	3,52	13,20	11,00	4,44	3,67
Gini	0,14	0,17	0,08	0,08	0,10	0,10	0,44	0,38	0,57	0,53

Fonte: PNAD 2005, elaboração própria

Para o total de ocupados, tanto os homens quanto as mulheres possuem uma distribuição dos rendimentos assimétrica e com uma alta variabilidade. Mas verifica-se que a média e a mediana dos rendimentos são maiores para os homens do que para as mulheres, indicando que eles se apropriam de uma parcela maior da renda. O coeficiente de variação e índice de Gini masculinos superiores aos femininos demonstram que a distribuição dos rendimentos dos homens é mais concentrada nos níveis maiores níveis de renda.

A média e a mediana dos rendimentos dos homens e das mulheres em cada um dos três primeiros intervalos quartílicos são muito próximas, demonstrando que não há uma desigualdade de gênero nesses intervalos. Essa suposição também pode ser verificada pelos desvios padrões e coeficientes de variação praticamente idênticos, bem como pelos índices de Gini muito próximos no primeiro intervalo e iguais no segundo e no terceiro. Desta forma percebe-se que a desigualdade dos rendimentos entre homens e mulheres não se encontra nos três primeiros intervalos, mas sim no quarto mais rico da população.

No quarto intervalo quartílico, a mediana dos rendimentos de ambos os sexos é idêntica, mas a média dos homens é 2,1 salários maior do que a das mulheres. Além da média dos homens ser mais elevada que a das mulheres, o seu desvio padrão (2 vezes o das mulheres) demonstra a alta variabilidade dos rendimentos, indicando que os homens alcançam os maiores níveis de renda do intervalo. Complementando a análise com o índice de Gini, que é superior para os homens, percebe-se que os rendimentos destes estão mais concentrados, e a níveis superiores que os rendimentos das mulheres. Desta forma, comprova-se que há uma maior participação dos homens do que das mulheres no grupo de mais alta renda da região metropolitana de São Paulo.

Além de o peso dos homens no grupo de maiores rendimentos ser mais elevado do que o das mulheres, na tabela a seguir veremos que a proporção de mulheres é maior no primeiro intervalo (de mais baixa renda) e menor no último intervalo (de renda mais alta).

Tabela 3 – Distribuição dos Ocupados por Gênero

Percentual de Ocupados, remunerados, rendimentos positivos, região metropolitana de São Paulo, 2005					
Sexo	IQ 1	IQ 2	IQ 3	IQ 4	Total
Homens	47,39	53,71	59,11	60,98	55,34
Mulheres	52,61	46,29	40,89	39,02	44,66
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Frequência Total	2.010.780	2.441.601	2.063.541	2.153.155	8.669.077

Fonte: PNAD 2005

Do total de ocupados na região metropolitana de São Paulo, a maioria são homens (55,34% contra 44,66% mulheres). Isso representa quase um milhão (925.235) de homens ocupados a mais do que mulheres.

A proporção de mulheres ocupadas é maior que a de homens apenas no primeiro intervalo quartílico, que apresenta o menor número de ocupados dos quatro intervalos. A maior diferença entre homens e mulheres está no quarto intervalo (homens são aproximadamente 61% dos ocupados e mulheres apenas 39%), que possui uma distribuição semelhante à do terceiro intervalo.

O quarto e o segundo intervalos possuem a maior quantidade de homens ocupados, seguidos pelo terceiro intervalo com apenas 93 mil ocupados a menos. Já o primeiro intervalo possui a menor quantidade de homens, aproximadamente 950 mil contra um pouco mais de 1 milhão de mulheres.

A maior quantidade de mulheres encontra-se no segundo intervalo, seguido pelo primeiro. O terceiro e quarto intervalos possuem praticamente a mesma quantidade de mulheres ocupadas, por volta de 840 mil em cada um. Enquanto o quarto intervalo abriga a maior quantidade de homens, ao mesmo tempo tem-se o menor número de mulheres inseridas neste nível de renda. Neste intervalo, há 473 mil mulheres a menos do que homens.

Nos intervalos quartílicos de maior renda (terceiro e quarto), as mulheres estão em menor número do que os homens. Somados, no terceiro e quarto intervalos estão mais de 2,5 milhões de ocupados do sexo masculino, contra menos de 1,7 milhões do sexo feminino. Nos dois primeiros intervalos somados o número de homens também ultrapassa o de mulheres, mas apenas em 76 mil.

Mesmo que os três primeiros intervalos quartílicos sejam homogêneos, e que não exista uma diferença na distribuição dos rendimentos entre os homens e as mulheres, no primeiro e no segundo intervalo encontra-se a maior quantidade de mulheres ocupadas, demonstrando que a maioria das ocupadas recebe uma baixa remuneração (ainda que semelhante à dos homens nestes mesmos intervalos). No quarto intervalo, extremamente heterogêneo, as mulheres, além de não se

apropriarem das mais altas rendas (nos grupos superiores de rendimentos estão inseridos predominantemente os homens), a sua participação no intervalo é inferior à participação dos homens (apenas 40%).

As tabelas a seguir têm por objetivo traçar o perfil dos ocupados em cada um dos quatro intervalos quartílicos e por gênero, para caracterizar a população e tentar entender as diferenças nas características do trabalho entre os homens e mulheres que justifiquem a distribuição dos rendimentos em favor dos homens.

Tabela 4 – Faixas Etárias

Percentual de Ocupados, remunerados, rendimentos positivos, região metropolitana de São Paulo, 2005

Faixas Etárias	IQ 1		IQ 2		IQ 3		IQ 4		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
De 10 a 17 anos	9,87	6,52	2,19	2,06	0,29	0,74	0,48	0,11	2,76	2,57
De 18 a 24 anos	28,29	22,02	26,98	23,06	16,59	17,41	6,62	6,82	19,03	18,02
De 25 a 49 anos	46,24	53,94	57,58	62,04	67,18	65,39	68,89	74,63	60,87	63,29
50 anos e mais	15,60	17,53	13,25	12,84	15,93	16,45	24,01	18,44	17,34	16,12
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Frequência Total	952.989	1.057.791	1.311.271	1.130.330	1.219.851	843.690	1.313.045	840.110	4.797.156	3.871.921

Fonte: PNAD 2005

A análise etária será feita considerando-se as faixas de 10 a 17 anos (adolescentes recém inseridos no mercado de trabalho, geralmente em condições inferiores, ao todo são 232 mil na região metropolitana de São Paulo), de 18 a 24 anos (para a análise dos jovens no mercado de trabalho, são um pouco mais de 1,6 milhão na região), de 25 a 49 anos (amaioria da população em idade ativa, quase 5,4 milhões) e acima de 50 anos (para a análise do comportamento da população mais velha, de aproximadamente 1,5 milhão).

As proporções de homens e mulheres distribuídos por faixas etárias são praticamente as mesmas para o total dos ocupados. Na faixa entre 25 e 49 anos, encontra-se 63,29% das mulheres, apenas três pontos percentuais a mais do que os homens (60,87%). Já a proporção de homens é maior do que a de mulheres (apenas um ponto percentual) nas faixas de 18 a 24 anos e acima de 50 anos. Os adolescentes no total dos ocupados representam apenas 2,76% dos homens ocupados e 2,57% das mulheres.

No primeiro intervalo quartílico, a proporção de homens com menos de 25 anos é maior do que a proporção de mulheres, situação que se inverte a partir dessa idade, quando a proporção de mulheres supera a de homens em aproximadamente 8 pontos percentuais até 50 anos de idade, e acima disso supera em apenas 2 pontos percentuais. Os ocupados com até 18 anos representam 9,87% dos homens e 6,52% das mulheres, um percentual que indica a presença de jovens que acabaram de se inserir no mercado de trabalho com uma baixa remuneração. Os altos percentuais de ocupados com mais de 50 anos neste intervalo (15,6% dos homens e 17,53% das mulheres) podem

indicar pessoas de mais idade que tiveram que se inserir no mercado de trabalho há pouco tempo recebendo baixos salários.

No segundo intervalo há uma grande queda no percentual de ocupados com menos de 18 anos, uma pequena redução na faixa de 18 e 24 anos entre os homens (entre as mulheres ocorre um ligeiro aumento) e nos ocupados com mais de 50 anos (queda mais acentuada para as mulheres). Em compensação, a proporção de ocupados entre 25 e 49 anos de idade aumentou 11 pontos percentuais para os homens e 8 para as mulheres com relação ao primeiro intervalo.

A proporção de ocupados com menos de 18 anos torna-se praticamente nula a partir do terceiro intervalo quartílico. A queda do percentual de ocupados entre 18 e 24 anos acentua-se no terceiro e no quarto intervalos para ambos os sexos. Ao mesmo tempo, cresce a proporção de ocupados entre 25 e 50 anos, entre os homens o aumento é maior entre o segundo e o terceiro intervalo, mas também há um ligeiro aumento no quarto intervalo. Já entre as mulheres a situação é inversa, com o maior aumento ocorrendo do terceiro para o quarto intervalo, quando as mulheres nesta faixa etária passam a representar praticamente 75% das ocupadas, 6 pontos percentuais a mais do que os homens nessa faixa etária; apesar disso elas são apenas 627 mil ocupadas contra 905 mil homens, devido à menor quantidade de mulheres neste intervalo.

A partir do terceiro intervalo quartílico a tendência é de aumento do percentual de ocupados com mais de 50 anos. No quarto intervalo, a proporção de homens com mais de 50 anos supera a de mulheres em aproximadamente 6 pontos percentuais. A idade mais elevada dos homens no último intervalo poderia ser um fator que contribuisse para a maior apropriação da renda por eles, uma vez que é esperado que a renda aumente com a idade, supondo que essas pessoas já estão inseridas no mercado de trabalho há muitos anos.

Conforme cresce a renda, aumenta a idade dos ocupados. A proporção de ocupados que têm entre 10 e 24 anos se reduz, dando cada vez mais espaço às pessoas com mais de 50 anos. Os ocupados com menos de 18 anos passam a praticamente não existir no quarto intervalo quartílico (0,48% para os homens e 0,11% para as mulheres). O percentual de ocupados entre 25 e 49 anos de idade também aumenta conforme cresce a renda. No primeiro intervalo, um pouco mais de um milhão de ocupados estavam nesta faixa etária, número que cresce para pouco mais de 1,5 milhão no quarto intervalo.

Tabela 5 – Escolaridade

Percentual de Ocupados, remunerados, rendimentos positivos, região metropolitana de São Paulo, 2005

Faixas de Escolaridade	IQ 1		IQ 2		IQ 3		IQ 4		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Menos de 8 anos	44,45	40,73	36,13	25,67	26,36	18,58	9,28	6,18	27,95	24,01
De 8 a 10 anos	27,35	23,28	20,49	19,97	20,19	12,53	9,00	4,90	18,63	15,98
De 11 a 14 anos	27,07	34,12	40,64	49,05	45,37	51,06	38,27	30,17	38,50	41,31
15 anos e mais	1,13	1,86	2,73	5,31	8,08	17,83	43,45	58,74	14,92	18,69
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Frequência Total	952.989	1.057.791	1.311.271	1.130.330	1.219.851	843.690	1.313.045	840.110	4.797.156	3.871.921

Fonte: PNAD 2005

Para a análise da escolaridade dos ocupados, foram criadas quatro faixas: menos de 8 anos de estudos (ensino fundamental incompleto), de 8 a 10 anos de estudos (ensino médio incompleto), de 11 a 14 anos de estudos (ensino superior incompleto) e 15 anos ou mais de estudos (ensino superior completo e/ou pós-graduação).

A análise do total de ocupados por gênero e escolaridade revela que as mulheres apresentam um percentual maior do que os homens nas faixas mais elevadas de escolaridade (acima de 11 anos de estudos). Nas duas primeiras faixas de escolaridade, até 10 anos de estudo, a proporção de homens ocupados é aproximadamente três pontos percentuais maior do que a proporção de mulheres ocupadas. Já nas faixas seguintes, a situação se inverte, e a proporção de mulheres passa a ser aproximadamente três pontos percentuais maior do que a de homens. Apesar de as mulheres ocupadas estarem em menor número do que os homens, as mulheres com curso superior são ao todo 723.670, contra apenas 715.627 homens. A maior proporção e quantidade de mulheres com curso superior deveriam se refletir em uma maior parcela da renda apropriada por elas, mas já foi visto que isso não ocorre.

No primeiro intervalo quartílico, 44,45% dos homens possuem menos de 8 anos de estudos. Entre 8 e 10 anos de estudos e entre 11 e 14 anos encontram-se 54% dos homens, distribuídos igualmente em cada uma das faixas, enquanto que o percentual com mais de 15 anos de estudos é de apenas 1,13%. A proporção de mulheres nas duas primeiras faixas de escolaridade é 4 pontos percentuais menor que a masculina. Entre 11 e 14 anos de estudo a proporção de mulheres é 7 pontos percentuais maior que a proporção de homens, atingindo 34,12%. O percentual de mulheres com ensino superior completo ultrapassa ligeiramente o masculino, mas ainda é inexpressivo (1,86%).

Percebe-se no segundo intervalo quartílico uma grande redução na proporção de ocupados com ensino fundamental incompleto para ambos os sexos (queda de 8 pontos percentuais para os homens e 15 para as mulheres), sendo que a queda para as mulheres em pontos percentuais foi praticamente o dobro em relação aos homens. 20% dos ocupados (tanto homens quanto mulheres) possuem entre 8 e 10 anos de estudos neste intervalo, evidenciando uma queda com relação ao

primeiro intervalo quartílico, mas nesta faixa a redução da proporção masculina foi maior que a feminina. Os ocupados com ensino superior incompleto representam 40% dos ocupados entre os homens, 13 pontos percentuais a mais do que representavam no primeiro intervalo, enquanto que entre as mulheres, aproximadamente metade das ocupadas então neste intervalo de escolaridade (aumento de 11 pontos percentuais). Os homens com curso superior ainda representam um percentual muito pequeno (2,73%), praticamente metade do percentual feminino (5,31%).

No terceiro intervalo quartílico mantém-se a tendência de queda da proporção de ocupados com ensino fundamental incompleto (10 pontos percentuais para os homens e 7 para as mulheres com relação ao intervalo anterior). Enquanto 26,36% dos homens possuem menos de 8 anos de estudos, apenas 18,58% das mulheres estão nesta mesma situação. A proporção de homens que possuem entre 8 e 10 anos de estudos mantém-se constante (20%), já entre as mulheres há uma queda de 8 pontos percentuais. A proporção de ocupados com ensino superior incompleto continua crescendo para ambos os sexos, mais para os homens do que para as mulheres, mas a proporção feminina continua superando a masculina. Neste intervalo já um grande aumento no percentual de ocupados com ensino superior completo. Os homens com mais de 15 anos de estudos passam a representar 8% dos ocupados, enquanto que as mulheres atingem 17,83%.

No quarto intervalo verifica-se uma queda brusca na proporção de ocupados com menos de 8 anos de estudos, 9,28% dos homens estão nesta situação, contra apenas 6,18% das mulheres, e na proporção entre 8 e 10 anos de estudos. Nota-se que as mulheres com ensino médio incompleto são apenas 4,9% das ocupadas neste intervalo. Há uma queda brusca, com relação ao intervalo anterior, nos ocupados com ensino superior incompleto, que passam a representar 38% dos homens e 30% das mulheres. Nota-se que este é o único intervalo onde a proporção de homens com ensino superior incompleto supera a proporção de mulheres, mas isso se explica pelo alto percentual de mulheres com curso superior já completo (58,74%), que está bem acima do percentual masculino (43,45%).

A quantidade de ocupados com menos de 8 anos de estudos sofre uma grande redução conforme aumenta a renda, passando de 854.488 no primeiro intervalo para 173.767 no quarto intervalo. A maior redução, entretanto, ocorre apenas entre o terceiro e o quarto intervalo. Nota-se que ainda existe uma proporção significativa de ocupados neste nível de escolaridade com uma alta renda (9,28% dos homens e 6,18% das mulheres) no quarto intervalo quartílico.

O percentual de ocupados com ensino médio incompleto também se reduz com o aumento da renda, para os homens entre o primeiro e o segundo intervalo (7 pontos percentuais) e entre o terceiro e o quarto intervalo (11 pontos percentuais), permanecendo constante entre o segundo e o terceiro intervalo. Já entre as mulheres a redução ocorre em todos os intervalos quartílicos, com as

maiores reduções ocorrendo entre o segundo e o terceiro intervalo e entre o terceiro e o quarto (7,5 pontos percentuais em cada).

Para ambos os sexos, ocorre um aumento na proporção de ocupados com ensino superior incompleto conforme cresce a renda até o terceiro intervalo quartílico, com o maior aumento ocorrendo do primeiro para o segundo intervalo. Mas entre o terceiro e o quarto intervalo há uma queda no percentual de ocupados neste nível de escolaridade, de 7 pontos percentuais para os homens e quase 21 para as mulheres. Este nível de escolaridade dá assim espaço para os ocupados com mais de 15 anos de estudos, cuja proporção aumenta junto com a renda e o maior crescimento dá-se justamente do terceiro para o quarto intervalo (35 pontos percentuais para os homens e 41 para as mulheres), absorvendo assim a redução em todos os outros níveis de escolaridade.

Curiosamente, em todos os intervalos quartílicos, a proporção de ocupados de ambos os sexos que possuem curso superior incompleto sempre supera a proporção de ocupados com ensino médio incompleto, bem como sempre há uma proporção maior de ocupados com o ensino fundamental incompleto do que com ensino médio incompleto. É provável que a primeira constatação se explique pelo grande número de faculdades particulares que oferecem cursos a preços mais acessíveis, mesmo que de qualidade inferior, mas que se mostram como uma solução às pessoas que precisam de um curso superior para se inserir no mercado de trabalho ou progredir em suas carreiras. Já a explicação do segundo fato pode ser a alta desistência escolar das crianças nas décadas anteriores, que não prosseguiram com os seus estudos e nem chegavam a terminar o ensino fundamental.

Em todos os intervalos quartílicos, a proporção de homens nas duas primeiras faixas de escolaridade (ensino fundamental e médio incompletos) supera a de mulheres, enquanto que a proporção de mulheres nas duas últimas faixas (ensino superior incompleto ou completo) é maior do que a masculina (exceto no quarto intervalo, onde o percentual de homens com curso superior incompleto supera o de mulheres). Percebe-se, desta forma, que as mulheres possuem um nível de escolaridade superior ao masculino, ainda que os seus rendimentos sejam semelhantes aos dos homens nos três primeiros intervalos quartílicos e inferiores no último.

Por terem uma maior escolaridade do que os homens, as mulheres deveriam ter um rendimento superior; uma vez que isso não ocorre, as tabelas a seguir de posição na ocupação, grupos de ocupação e setores de atividade têm por objetivo caracterizar os postos de trabalho onde os ocupados da região metropolitana de São Paulo estão inseridos, para verificar se aí se encontram justificativas para a desigualdade na distribuição dos rendimentos por gênero.

Tabela 6 – Posição na Ocupação

Percentual de Ocupados, remunerados, rendimentos positivos, região metropolitana de São Paulo, 2005

Posição na Ocupação	IQ 1		IQ 2		IQ 3		IQ 4		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregado Formal	32,43	24,81	58,88	50,71	62,99	54,14	54,71	59,38	53,53	46,26
Empregado Informal	36,94	23,96	20,56	15,37	15,35	14,54	11,46	12,58	20,00	16,93
Trabalhador Doméstico	2,07	28,96	0,68	22,03	0,73	13,38	0,14	2,34	0,82	17,77
Trabalhador Por Conta Própria	26,97	21,00	18,24	11,17	17,40	14,86	21,15	17,38	20,56	16,01
Empregador	1,60	1,27	1,64	0,71	3,52	3,08	12,55	8,32	5,10	3,03
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Freqüência Total	952.989	1.057.791	1.311.271	1.130.330	1.219.851	843.690	1.313.045	840.110	4.797.156	3.871.921

Fonte: PNAD 2005

As posições na ocupação consideradas neste estudo são os trabalhadores formais (empregados com carteira, estatutários e militares), empregados informais (que não possuem carteira de trabalho assinada ou não declararam a situação de carteira), trabalhadores domésticos (tanto com carteira quanto sem, esta posição será considerada separada das outras posições na ocupação por ela abranger um grande número de mulheres e assim ter uma importância considerável neste trabalho), trabalhadores por conta própria (autônomos) e empregadores.

A maioria dos ocupados de ambos os sexos encontra-se na posição de empregados formais, mas a proporção de homens nesta posição é 7 pontos percentuais superior à proporção de mulheres. Em seguida, os homens ocupam as posições de trabalhador por conta própria e empregado informal (aproximadamente 20% dos ocupados em cada posição), 5,1% são empregadores e uma proporção insignificante são trabalhadores domésticos (0,82%). Já entre as mulheres, as posições de trabalhador doméstico, empregado informal e trabalhador por conta própria abrigam aproximadamente a mesma proporção de mulheres (entre 16% e 17,8%). Apenas 3% das mulheres ocupam a posição de empregadoras.

No primeiro intervalo quartílico, a posição que possui a maior quantidade de homens é a de trabalhadores informais, seguida por trabalhadores formais quatro pontos percentuais abaixo. Em seguida os homens ocupam as posições de trabalhador por conta própria e, sem grande expressão, trabalhadores domésticos e empregadores. A maioria das mulheres está na posição de empregadas domésticas no primeiro intervalo quartílico (29% das ocupadas), única posição em que a proporção de mulheres é maior do que a proporção de homens. Nas outras posições, a distribuição de mulheres é praticamente a mesma (entre 21% e 24,8%), exceto a de empregadores com inexpressivos 1,27%.

No segundo intervalo quartílico, a ordem das posições ocupadas por mulheres é semelhante à ordem no total das mulheres ocupadas, destacando-se um percentual maior de trabalhadoras formais e empregadas domésticas e um pouco menor de empregados por conta própria. Novamente, apenas na posição de empregados domésticos encontra-se um maior percentual de mulheres do que de homens. Entre os homens, praticamente 60% são trabalhadores formais, seguidos por trabalhadores informais e por conta própria, com uma participação quase nula de trabalhadores

domésticos e um pouco maior de empregadores (0,04 ponto percentual a mais do que no primeiro intervalo quartílico).

No terceiro intervalo quartílico, a ordem das posições ocupadas por homens é semelhante ao total dos homens ocupados; nesse intervalo, porém, há uma proporção maior de trabalhadores formais do que no total dos ocupados, e uma pequena redução em todas as outras posições. As mulheres ocupam inicialmente a posição de empregado formal, seguido por proporções semelhantes nas outras posições, exceto empregadores (3,08%, acima dos intervalos anteriores). A posição de empregados domésticos ainda é a única em que o percentual de mulheres é superior que o de homens.

No quarto intervalo quartílico, a maioria dos homens (54,7%) ocupam posições como trabalhadores formais, seguidos por conta própria (21%) e praticamente a mesma proporção de empregadores e trabalhadores informais. A maioria das mulheres são empregadas formais (aproximadamente 60%), seguido por conta própria, informal, empregadoras (8,3%, quatro pontos percentuais abaixo da proporção de homens) e domésticas. Neste intervalo, o percentual de mulheres é superior ao de homens nas posições de empregados formal e informal e trabalhadores domésticos.

A proporção de homens como empregados formais aumenta até o terceiro intervalo e sofre uma redução de 63% para 54,7% no quarto intervalo, movimento semelhante com relação aos trabalhadores por conta própria. A informalidade diminui entre os homens conforme cresce a renda, assim como os trabalhadores domésticos (apesar de um ligeiro aumento no terceiro intervalo, no quarto volta a diminuir para 0,14% dos ocupados). A proporção de empregadores permanece praticamente constante entre o primeiro e o segundo intervalo, triplica no terceiro e atinge 12,55% dos ocupados no quarto intervalo.

Conforme aumenta a renda, mais mulheres ocupam posições como empregadas formais, enquanto que a proporção e a quantidade de trabalhadoras domésticas diminui drasticamente (de 306.323 ocupadas no primeiro intervalo para apenas 19.698 no quarto intervalo). A informalidade também diminui, de 23,96% das ocupadas no primeiro intervalo para 12,58% no quarto intervalo. A proporção de trabalhadoras por conta própria sofre uma queda de dez pontos percentuais entre o primeiro e o segundo intervalo (de 21% para 11,17% das ocupadas), mas torna a aumentar conforme cresce a renda. O percentual de empregadoras decresce entre o primeiro e o segundo intervalo, e aumenta no terceiro e no quarto, atingindo o valor de 8,32% das ocupadas. Mas o total de empregadoras no quarto intervalo (69.858) ainda está bem abaixo dos homens nesta posição (164.800).

Nos três primeiros intervalos quartílicos, apesar de a proporção de mulheres só superar a de homens na posição de trabalhadoras domésticas, os rendimentos entre de ambos os sexos ainda

assim são semelhantes. Mas o trabalho doméstico, onde a maior parte das mulheres está inserida, tem condições mais precárias do que as outras posições. Esse equilíbrio dos rendimentos provavelmente se deve à alta ocupação da posição de trabalhadores formais tanto para os homens quanto para as mulheres, e às grandes proporções de homens em condições de trabalho também precárias (trabalho informal e por conta própria). Já no quarto intervalo quartílico, não é apenas a posição de trabalhador formal que permite uma maior apropriação da renda (uma vez que a proporção de mulheres nesta posição é superior à de homens), como poderia ser esperado, e sim as posições de trabalhadores por conta própria e empregadores, de predominância masculina. Se nos primeiros intervalos os trabalhadores por conta própria poderiam ser associados à baixa remuneração e ao trabalho precário, no último intervalo está mesma posição agora é ocupada por pessoas de maior escolaridade e altos rendimentos.

Tabela 7 – Grupos de Ocupação

Percentual de Ocupados, remunerados, rendimentos positivos, região metropolitana de São Paulo, 2005

Grupos de Ocupação	IQ 1		IQ 2		IQ 3		IQ 4		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Dirigentes em geral	1,03	1,27	1,91	1,59	4,85	5,95	20,94	17,16	7,69	5,83
Profissionais das ciências e das artes	1,50	2,03	1,50	4,04	3,74	12,10	22,71	38,70	7,88	12,77
Técnicos de nível médio	3,10	2,62	6,01	7,45	12,26	12,74	17,60	15,14	10,19	8,95
Trabalhadores dos serviços administrativos	8,08	10,84	12,50	22,43	12,11	26,75	6,89	11,83	9,99	17,90
Trabalhadores dos serviços	25,00	50,30	19,54	39,46	13,00	25,16	2,86	8,31	14,40	32,55
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	14,10	16,43	11,41	11,73	8,81	9,34	6,34	4,69	9,90	10,96
Trabalhadores agrícolas	2,07	0,34	0,27	0,00	0,37	0,21	0,48	0,11	0,71	0,16
Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção	45,11	16,17	46,65	13,31	44,13	7,43	21,08	3,09	38,70	10,59
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,00	0,00	0,20	0,00	0,66	0,21	1,02	0,96	0,50	0,25
Membros das forças armadas e auxiliares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,11	0,07	0,00	0,04	0,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Frequência Total	952.989	1.057.791	1.311.271	1.130.330	1.219.851	843.690	1.313.045	840.110	4.797.156	3.871.921

Fonte: PNAD 2005

A análise dos grupos de ocupação revela que o maior percentual de ocupados do sexo masculino pertence ao grupo de trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção (38,7%), seguido por trabalhadores dos serviços (14,4%), técnicos de nível médio (10,19%), trabalhadores dos serviços administrativos (9,99%), vendedores e prestadores de serviço do comércio (9,9%), profissionais das ciências e das artes (7,88%) e dirigentes em geral (7,69%). Nos outros grupos de ocupação estão apenas 1,25% dos ocupados. A análise das mulheres ocupadas indica que elas estão nas posições de trabalhadores dos serviços (32,55%), trabalhadores dos serviços administrativos (17,9%), profissionais das ciências e das artes (12,77%), vendedores e prestadores de serviço do comércio (10,96%), trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção (10,59%), técnicos de nível médio (8,95%) e dirigentes em geral (5,83%). Nas outras ocupações estão 0,43% das mulheres ocupadas. Membros das forças armadas e

trabalhadores agrícolas são os grupos que possuem o menor percentual de ocupados de ambos os sexos.

No primeiro intervalo quartílico, os homens ocupam primeiramente as posições de Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção (45,11%) e trabalhadores dos serviços (25%), assim como na distribuição do total dos ocupados, apenas com percentuais ligeiramente superiores. Nota-se que 70% dos ocupados estão em um desses dois grupos de ocupação. Neste intervalo também destacam-se os vendedores e prestadores de serviço do comércio (14,1%) e os trabalhadores dos serviços administrativos (8,08%). As mulheres também estão inseridas com proporções significativas nos mesmos grupos de ocupação que os homens, mas com distribuições diferentes. O grupo mais representativo para as mulheres é o de trabalhadores dos serviços (50,3%), seguido por vendedores e prestadores de serviço do comércio (16,43%), trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção (16,17%) e trabalhadores dos serviços administrativos (10,84%).

No segundo intervalo, os mesmos quatro grupos de ocupação continuam sendo onde a maioria dos homens está ocupada, com pequenas modificações. O percentual de trabalhadores dos serviços administrativos aumentou 4 pontos percentuais com relação ao primeiro intervalo, ultrapassando o de vendedores e prestadores de serviços do comércio (que se reduziu em 3 pontos percentuais). Há uma queda de 5,5 pontos percentuais na proporção de ocupados no grupo de trabalhadores dos serviços. Já entre as mulheres, a proporção de ocupadas no grupo de trabalhadores dos serviços caiu 11 pontos percentuais, mas este ainda é o grupo com o maior percentual de ocupadas. O grupo de trabalhadores dos serviços administrativos tem um grande aumento com relação ao primeiro intervalo, ocupando 22,43% das mulheres. Os outros dois grupos de ocupação (vendedores e prestadores de serviço do comércio e trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção) tiveram seus percentuais reduzidos em 5 e 3 pontos percentuais respectivamente. A proporção de ocupadas no grupo de técnicos de nível médio praticamente triplicou com relação ao primeiro intervalo, chegando a 7,45%.

No terceiro intervalo, mantém-se a tendência de queda entre os homens dos grupos de vendedores e prestadores de serviço do comércio (8,81% dos ocupados) e trabalhadores dos serviços (13% dos ocupados). Os trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção (44,13%) ainda é o grupo com a maior proporção de ocupados. O grupo de trabalhadores dos serviços administrativos manteve a mesma proporção do intervalo anterior (12,11%), e o grupo de técnicos de nível médio passa a manifestar, neste intervalo, uma proporção significativa de ocupados (12,26%). Entre as mulheres, a queda na proporção de trabalhadores dos serviços (14 pontos percentuais) faz com que este grupo seja superado em 1,6 ponto percentual pelos trabalhadores dos serviços administrativos (26,75% das ocupadas). Mantém-se a tendência de

queda nos grupos de trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção (quase 6 pontos percentuais) e vendedores e prestadores de serviço do comércio (2,4 pontos percentuais). Cresce a proporção de ocupadas nas posições de técnicos de nível médio (5,3 pontos percentuais) e profissionais das ciências e artes (12,1% das ocupadas), que passa a apresentar um percentual significativo de ocupados neste intervalo.

No quarto intervalo quartílico, os grupos que possuem as maiores proporções de ocupados do sexo masculino são os profissionais das ciências e artes (22,71%), trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção (21,08%, após uma queda de 24 pontos percentuais com relação ao primeiro intervalo), dirigentes (20,94%) e técnicos de nível médio (17,6%). Nos outros grupos de ocupação estão distribuídos os 17,67% restantes dos ocupados. Entre as mulheres, destacam-se os grupos de profissionais das ciências e artes (38,7%, aumento de 26,6 pontos percentuais com relação ao intervalo anterior), dirigentes (17,16%, quase 4 pontos percentuais abaixo do percentual de homens nesta posição, o que representa uma diferença de mais de 130 mil mulheres ocupadas a menos que homens), técnicos de nível médio (15,14%), trabalhadores dos serviços administrativos (11,83%, queda de 15 pontos percentuais com relação ao intervalo anterior) e trabalhadores dos serviços (8,31%, quase 17 pontos percentuais a menos do que a proporção apresentada no terceiro intervalo).

Tabela 8 – Setores de Atividade

Percentual de Ocupados, remunerados, rendimentos positivos, região metropolitana de São Paulo, 2005

Setor de Atividade	IQ 1		IQ 2		IQ 3		IQ 4		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agrícola	2,26	0,34	0,48	0,00	0,37	0,11	0,34	0,11	0,77	0,14
Indústria	0,38	0,08	0,27	0,00	0,88	0,64	1,09	0,43	0,67	0,25
Indústria de transformação	15,98	18,63	22,47	18,70	27,02	15,61	24,69	11,83	22,95	16,52
Construção	17,95	0,76	16,05	0,63	9,91	0,85	4,23	0,64	11,63	0,72
Comércio e reparação	30,08	19,98	23,77	17,83	19,90	15,18	18,15	10,77	22,50	16,31
Alojamento e alimentação	5,92	6,18	5,81	4,91	2,79	3,29	1,50	0,75	3,88	4,00
Transporte, armazenagem e comunicação	7,71	1,61	10,59	2,77	12,11	2,76	9,48	3,20	10,10	2,54
Administração pública	1,03	0,68	1,43	1,58	3,23	3,61	5,52	7,04	2,93	2,96
Educação, saúde e serviços sociais	1,69	8,64	2,60	13,55	4,77	22,40	8,25	35,82	4,52	18,97
Serviços domésticos	2,07	28,96	0,68	22,03	0,73	13,38	0,14	2,34	0,82	17,77
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,38	6,01	3,35	6,02	3,60	7,11	4,50	8,00	3,73	6,69
Outras atividades	11,56	8,13	12,50	11,96	14,68	14,97	22,03	19,08	15,48	13,12
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,07	0,00	0,02	0,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Frequência Total	952.989	1.057.791	1.311.271	1.130.330	1.219.851	843.690	1.313.045	840.110	4.797.156	3.871.021

Fonte: PNAD 2005

Na análise dos setores de atividade percebe-se que os setores de maior relevância onde os homens estão inseridos são a indústria de transformação (22,95%), comércio e reparação (22,5%), construção (11,63%) e transporte, armazenagem e comunicação (10,1%). Os outros ocupados (32,8%) estão distribuídos nos outros setores da economia, sendo os que menos ocupam pessoas os

setores agrícola e de serviços domésticos. As mulheres estão distribuídas nos setores de educação, saúde e serviços sociais (18,97%), serviços domésticos (17,77%), indústria de transformação (16,52%) e comércio e reparação (16,31%). Os outros setores abrigam 30,44% das ocupadas, sendo os menos representativos para as mulheres os setores agrícola e industrial.

No primeiro intervalo quartílico, a indústria de transformação está em terceiro lugar para os homens, com 15,98% dos ocupados, sendo superada pelos setores de comércio e reparação (30,08%) e construção (17,95%). Destaca-se ainda o setor de transporte, armazenagem e comunicação (7,71%) e alojamento e alimentação (5,92%). A análise das mulheres ocupadas mostra que elas estão inseridas nos setores de serviços domésticos (28,96%), comércio e reparação (19,98%), indústria de transformação (18,63%), educação, saúde e serviços sociais (8,64%), alojamento e alimentação (6,18%) e outros serviços sociais, coletivos e pessoais (6,01%).

No segundo intervalo, para os homens, os mesmos setores de ocupação apresentados na análise do primeiro intervalo continuam sendo onde 78% dos ocupados estão inseridos, apesar de mudanças nos percentuais de cada setor. Comércio e reparação ainda têm o maior percentual dos ocupados (23,77%), apenas da queda de 6 pontos percentuais com relação ao primeiro intervalo quartílico. O setor de construção também sofreu uma ligeira redução de menos de 2 pontos percentuais, atingindo o nível de 16,05% dos ocupados. O setor de alojamento e alimentação permaneceu praticamente estável (5,81%), enquanto a indústria de transformação e transporte, armazenagem e comunicação sofreram aumentos de 6,5 e 2,9 pontos percentuais respectivamente. A análise das mulheres mostra uma queda no percentual de ocupadas nos serviços domésticos de quase 7 pontos percentuais e no setor de comércio e reparação (de 2 pontos percentuais). A indústria de transformação manteve o nível de ocupação estável com relação ao intervalo anterior, ao mesmo tempo em que se verifica um crescimento no percentual de ocupadas em educação, saúde e serviços sociais (quase 5 pontos percentuais). A queda na proporção de ocupadas em alojamento e alimentação faz com que este setor ocupe apenas 4,91% das mulheres neste intervalo.

A análise do terceiro intervalo quartílico mostra que, para os homens, os mesmos setores de atividade continuam a se destacar, exceto alojamento e alimentação, que agora representa apenas 2,79% dos ocupados. O setor onde está a maior proporção de ocupados é a indústria de transformação (27,02%), seguido por comércio e reparação (19,9%), transporte, armazenagem e comunicação (12,11%) e construção (9,91%). Entre as mulheres, o crescimento de quase 9 pontos percentuais faz com que o setor de educação, saúde e serviços sociais tenha 22,4% das ocupadas. Os outros setores (indústria de transformação, comércio e reparação e serviços domésticos) sofreram reduções com relação ao intervalo anterior (de 3, 2,7 e 8,7 pontos percentuais respectivamente). O setor de outros serviços coletivos, sociais e pessoais representa 7,11% das ocupadas, 1 ponto percentual a mais do que no segundo intervalo.

No quarto intervalo os homens ocupam os setores de indústria de transformação (24,69%), comércio e reparação (18,15%), transporte, armazenagem e comunicação (9,48%) e educação, saúde e serviços sociais (8,25%). Com relação ao intervalo anterior, a proporção de ocupados diminuiu nos três primeiros setores e dobrou no último. 35,82% das mulheres ocupadas estão no setor de educação, saúde e serviços sociais (aumento de 13,5 pontos percentuais), 11,83% na indústria de transformação, 10,77% em comércio e reparação (queda nestes dois últimos setores com relação ao intervalo anterior), 8% em outros serviços coletivos, sociais e pessoais e 7,04% na administração pública (o dobro da proporção do terceiro intervalo).

Tabela 9 – Escolaridade e Posição na Ocupação

Percentual de Ocupados, remunerados, rendimentos positivos, região metropolitana de São Paulo, 2005

IQ 1								
Faixas de Escolaridade	Menos de 8 anos		De 8 a 10 anos		De 11 a 14 anos		15 anos e mais	
Posição na Ocupação	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregado Formal	23,89	13,31	35,74	20,00	43,40	41,94	25,00	22,72
Empregado Informal	31,29	15,80	45,02	30,55	38,19	28,29	33,34	40,92
Trabalhador Doméstico	3,59	40,75	1,37	29,82	0,00	14,89	8,34	18,17
Trabalhador Por Conta Própria	39,32	28,48	16,84	18,91	16,67	13,89	33,33	13,64
Empregador	1,90	1,66	1,03	0,73	1,74	0,99	0,00	4,55
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Frequência Total	423.651	430.837	260.642	246.301	257.948	360.949	10.748	19.704

IQ 2								
Faixas de Escolaridade	Menos de 8 anos		De 8 a 10 anos		De 11 a 14 anos		15 anos e mais	
Posição na Ocupação	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregado Formal	50,28	26,54	61,33	40,87	66,22	66,56	44,99	58,21
Empregado Informal	17,39	10,49	23,33	14,28	21,68	17,29	25,00	25,37
Trabalhador Doméstico	1,32	45,37	0,67	28,97	0,17	9,05	0,00	2,98
Trabalhador Por Conta Própria	29,11	16,67	14,33	14,68	10,25	6,78	22,50	11,94
Empregador	1,89	0,93	0,33	1,19	1,68	0,32	7,50	1,49
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Frequência Total	473.817	290.190	268.710	225.720	532.918	554.414	35.826	60.006

IQ 3								
Faixas de Escolaridade	Menos de 8 anos		De 8 a 10 anos		De 11 a 14 anos		15 anos e mais	
Posição na Ocupação	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregado Formal	54,59	16,00	62,18	37,29	70,22	68,40	51,82	64,88
Empregado Informal	11,98	8,00	12,36	13,56	15,86	14,35	30,91	22,62
Trabalhador Doméstico	1,67	45,72	0,36	21,19	0,32	3,74	0,91	1,79
Trabalhador Por Conta Própria	26,46	27,43	21,82	23,73	10,84	10,40	13,64	8,33
Empregador	5,29	2,86	3,27	4,24	2,75	3,12	2,73	2,38
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Frequência Total	321.524	156.740	246.304	105.685	553.493	430.796	98.530	150.469

IQ 4								
Faixas de Escolaridade	Menos de 8 anos		De 8 a 10 anos		De 11 a 14 anos		15 anos e mais	
Posição na Ocupação	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregado Formal	39,71	8,62	49,24	26,09	56,51	58,66	57,46	67,88
Empregado Informal	8,09	8,62	12,88	13,04	13,19	12,37	10,36	13,07
Trabalhador Doméstico	0,00	29,30	0,76	4,35	0,18	1,06	0,00	0,00
Trabalhador Por Conta Própria	37,50	37,93	28,79	34,78	18,18	19,44	18,68	12,70
Empregador	14,71	15,52	8,33	21,74	11,94	8,48	13,50	6,35
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Frequência Total	121.820	51.947	118.225	41.200	502.477	253.472	570.523	493.491

Total								
Faixas de Escolaridade	Menos de 8 anos		De 8 a 10 anos		De 11 a 14 anos		15 anos e mais	
Posição na Ocupação	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregado Formal	42,02	17,63	52,50	30,97	61,59	60,25	55,57	65,22
Empregado Informal	19,64	12,43	25,25	20,55	19,93	18,20	14,27	16,83
Trabalhador Doméstico	2,00	42,39	0,80	26,34	0,19	7,67	0,25	1,11
Trabalhador Por Conta Própria	32,47	25,14	19,04	19,25	13,48	11,37	18,40	11,76
Empregador	3,87	2,41	2,40	2,89	4,80	2,52	11,51	5,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Frequência Total	1.340.812	929.714	893.881	618.906	1.846.836	1.599.631	715.627	723.670

Fonte: PNAD 2005

Uma análise mais detalhada, cruzando-se posição na ocupação com as faixas de escolaridade, revela que a proporção de empregados formais aumenta com a escolaridade, mas reduz-se entre os ocupados com ensino superior completo, bem como a informalidade, que começa a se reduzir antes que os ocupados terminem o curso superior. O percentual de mulheres na posição de empregadas formais é inferior ao masculino nas duas primeiras faixas de escolaridade, situação que se iguala na terceira e se inverte na quarta, quando as mulheres nesta posição passam a ser 65% (10 pontos percentuais) a mais do que os homens. O trabalho doméstico também diminui conforme as mulheres estudam mais, até praticamente inexistir entre as ocupadas com mais de 15 anos de estudos. A proporção de trabalhadores por conta própria cai até a terceira faixa de escolaridade, para ambos os sexos, quando então aumenta quase 5 pontos percentuais para os homens e permanece constante para as mulheres. O percentual de empregadores cai, para os homens, entre a primeira e a segunda faixa de escolaridade, e para as mulheres, entre a segunda e a terceira; para ambos, esse percentual dobra para os ocupados com mais de 15 anos de estudos, mas a proporção de mulheres nesta posição é apenas a metade da de homens.

No primeiro intervalo quartílico, dos ocupados do sexo masculino com ensino fundamental incompleto, quase 40% são trabalhadores por conta própria, 31,29% empregados informais e 23% são trabalhadores formais. Percebe-se, desta forma, que mais de 70% estão na informalidade (empregados sem carteira de trabalho ou por conta própria), situação precária que também se repete para as mulheres com este mesmo nível de escolaridade (quase 41% são trabalhadoras domésticas e 28,5% são trabalhadoras por conta própria). A proporção de trabalhadores informais aumenta para os trabalhadores com ensino médio incompleto (45% dos homens e 30,5% das mulheres), enquanto que o percentual de trabalhadores por conta própria diminui para ambos os sexos. A proporção de empregados formais aumenta com a escolaridade até que os ocupados adquiram 15 ou mais anos de estudos, quando a partir daí essa proporção cai quase pela metade, dando espaço aos trabalhadores informais (33% dos homens e 41% das mulheres) e trabalhadores por conta própria (33% dos homens e 13,6% das mulheres). O percentual de trabalhadoras domésticas também segue o mesmo movimento que o de empregados formais, decrescendo nas três primeiras faixas de escolaridade e voltando a subir (para 18,17%) na última faixa. Nota-se também que, neste nível de escolaridade, 8,34% dos homens estão empregados no trabalho doméstico.

No segundo intervalo, metade dos homens com menos de 8 anos de estudos são empregados formais, quase 30% são trabalhadores por conta própria e 17,39% são trabalhadores informais. Apesar do grande aumento da formalidade para os homens, com relação ao primeiro intervalo, as mulheres ainda apresentam uma situação semelhante às de menor renda. 45% das mulheres neste nível de escolaridade são empregadas domésticas (proporção que se reduz até 2,98% para as ocupadas com nível superior de estudos), apenas 26,5% são empregadas formais, 16,67% trabalham

por conta própria e 10,49% não possuem carteira de trabalho assinada. Conforme aumenta a escolaridade, para ambos os sexos, verifica-se também um crescimento na proporção de ocupados no trabalho formal até a última faixa de escolaridade, quando essa proporção se reduz. Os empregados informais também aumentam com a escolaridade, enquanto os trabalhadores por conta própria decrescem até o nível de ensino superior incompleto. A proporção de mulheres empregadas em trabalhos domésticos diminui de mais de 45% das ocupadas com menos de 8 anos de estudos para menos de 3% das ocupadas com mais de 15 anos de estudos.

No terceiro intervalo quartílico, a proporção de empregados formais tem um movimento semelhante ao do segundo intervalo (aumento nas três primeiras faixas de escolaridade, queda na quarta). Das mulheres com menos de 8 anos de estudos, apenas 16% são empregadas formais (contra 55% dos homens), enquanto que das mulheres com mais de 15 anos de estudos, 65% são trabalhadoras formais. O percentual de trabalhadores informais é pequeno nas três primeiras faixas de escolaridade para ambos os sexos (entre 8% e 15%), mas dobra para os homens com curso superior e aumenta 8 pontos percentuais para as mulheres neste nível de escolaridade. Curiosamente, o percentual de empregadores reduz-se conforme aumenta a escolaridade dos ocupados, assim como o de trabalhadores domésticos (movimento semelhante ao dos outros intervalos). A proporção de trabalhadores por conta própria cai com o aumento de escolaridade para as mulheres, mas para os homens ele sofre um ligeiro aumento na última faixa de escolaridade.

O percentual de trabalhadores formais é menor no quarto intervalo quartílico, mas também cresce com o aumento da escolaridade, até que, entre os ocupados com mais de 15 anos de estudos, a proporção de mulheres ultrapassa o de homens (como já havia ocorrido no terceiro intervalo), atingindo os valores de 67,88% contra 57,46%. A proporção de trabalhadores informais cresce da primeira para a segunda faixa de escolaridade, mantém-se constante na terceira e, na quarta, cai para os homens e aumenta para as mulheres. Praticamente não existem homens ocupados na posição de trabalhadores domésticos neste nível de renda, e o percentual de mulheres é expressivo apenas entre aquelas que possuem menos de 8 anos de estudos. A proporção de trabalhadores por conta própria diminui com o aumento da escolaridade para ambos os sexos. A de empregadores, para os homens, cai entre a primeira e a segunda faixa de escolaridade, quando então começa a crescer, até atingir 13,5% dos ocupados com mais de 15 anos de estudos. Entre as mulheres, há um grande aumento na proporção de empregadoras da primeira para a segunda faixa de escolaridade, quando 21,74% das ocupadas com ensino médio incompleto estão nessa posição, caindo drasticamente nas faixas seguintes até 6,35% das mulheres com ensino superior completo.

Após analisar as características dos ocupados quanto a idade, escolaridade, posição na ocupação, grupo de ocupação, setor de atividade e rendimentos, é possível traçar o perfil de cada intervalo quartílico.

No primeiro intervalo quartílico, os homens que estão ocupados (952.989) são em sua maioria trabalhadores informais ou formais, com uma maior presença de jovens, quase metade não completou o ensino fundamental, pertence ao grupo de trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção e está inserida no setor de comércio e reparação. Com relação ao total do intervalo, a média dos rendimentos deste grupo está um pouco acima, a sua mediana coincide e os seus rendimentos estão um pouco menos concentrados. Quanto às mulheres, 1.057.791 ocupadas, a maioria é trabalhadora doméstica ou empregadas formais, há maior participação de jovens, não completaram o ensino fundamental ou o curso superior, pertencem ao grupo de trabalhadores dos serviços e estão inseridas no setor de serviços domésticos. A média e a mediana dos rendimentos está abaixo do total do intervalo, e os seus rendimentos são um pouco mais concentrados do que o total.

A maioria dos homens ocupados do segundo intervalo quartílico (1.311.271) são trabalhadores formais, há grande participação de jovens, não completaram o curso superior, pertencem ao grupo de trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção e estão no setor de comércio e reparação. A média dos rendimentos é superior à da população total do intervalo e a sua mediana e concentração é igual. A maioria das mulheres neste intervalo (1.130.330) são trabalhadoras formais, grande participação de jovens, não completaram o curso superior, pertencem ao grupo de trabalhadores dos serviços e estão no setor de serviços domésticos. A média e a mediana dos rendimentos é inferior aos da população total, e a concentração de rendimentos é semelhante.

No terceiro intervalo quartílico, a maior parte dos homens (1.219.851) são trabalhadores formais, há um equilíbrio e os jovens e os mais velhos, não concluíram o curso superior, estão no grupo de trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção e no setor da indústria de transformação. A média, mediana e índice de Gini (que mede a concentração da renda) dos rendimentos são semelhantes aos do total do intervalo. As mulheres neste intervalo (843.690) são em sua maioria empregadas formais, com equilíbrio entre as mais jovens e as mais velhas, possuem um curso superior incompleto, estão no grupo de trabalhadores dos serviços administrativos e no setor de educação, saúde e serviços sociais. A média, mediana e concentração dos rendimentos são semelhantes aos do total do intervalo.

No quarto intervalo, a maioria dos homens (1.313.045) são empregados formais, há uma presença de pessoas menos jovens e acima de 50 anos, tem curso superior completo ou pós-graduação, estão no grupo de profissionais das ciências e das artes e pertencem ao setor da indústria de transformação. A média dos seus rendimentos é superior à do total dos ocupados do intervalo, a sua mediana é semelhante ao total e os rendimentos são mais concentrados com relação ao total do intervalo e aos outros intervalos. As mulheres no quarto intervalo (840.110) são em sua maioria

empregadas formais, grande presença de pessoas mais velhas, possuem curso superior completo ou mais, estão no grupo de profissionais das ciências e das artes e pertencem ao setor de educação, saúde e serviços sociais. A média dos rendimentos está abaixo do total do intervalo, a mediana é semelhante e a concentração da renda é menor, apesar de este ser o intervalo com a maior concentração de rendimentos.

2.2 – Conclusão

A região metropolitana de São Paulo pode ser dividida, em termos de rendimentos do trabalho, em quatro grupos delimitados pelos quartis. Os três primeiros grupos são muito homogêneos, apesar de diferentes entre si, enquanto o quarto grupo, que concentra os mais ricos da população, é extremamente heterogêneo. A distribuição dos rendimentos dentro de cada um dos três primeiros grupos é simétrica, com pouca variabilidade e desconcentrada. Não existe, inclusive, diferença de rendimentos entre os homens e as mulheres. Já no quarto grupo, verifica-se que, além da grande variabilidade interna e da concentração dos rendimentos, estes são em favor dos homens, que possuem uma média superior à das mulheres e se apropriam das mais altas rendas. Desta forma, conclui-se que a desigualdade dos rendimentos por gênero não se encontra dentro de cada um dos três primeiros grupos, mas sim dentro do quarto mais rico da população.

Entretanto, nos dois primeiros grupos, ou seja, daqueles que ganham até a mediana de rendimentos da população ocupada da região, encontram-se a maior parte das mulheres ocupadas, enquanto que nos dois últimos grupos há uma predominância de homens.

Uma vez constatado que homens e mulheres possuem rendimentos semelhantes nos três primeiros grupos, e a diferenciação ocorre entre os grupos e dentro do quarto, a análise das características dos ocupados e dos seus postos de trabalho em cada grupo proporciona elementos importantes para a compreensão das diferenças de rendimentos do trabalho.

Em todos os grupos verificou-se que as mulheres possuem um nível de escolaridade superior ao dos homens, e mesmo assim os seus rendimentos são iguais ou inferiores. A escolaridade, que deveria ser um fator importante na definição da remuneração dos ocupados, mostrou-se não ser suficiente para elevar a renda das mulheres acima da dos homens que possuem, em média, menos anos de estudos. O que acaba por diferenciar os rendimentos dos homens e das mulheres é o acesso às melhores ocupações.

Quando se analisa a posição na ocupação, nos três primeiros intervalos quartílicos as mulheres ainda ocupam, em grande proporção os trabalhos domésticos, que geralmente lhes conferem uma baixa remuneração e ausência de benefícios (assistência médica, férias, décimo -

terceiro salário, recolhimento de encargos). Mas uma grande proporção de homens também se encontra em situações precárias de trabalho, em ocupações informais e por conta própria, o que justificaria, em parte, a equidade dos rendimentos por gênero nestes intervalos, uma vez que as proporções de homens e mulheres em empregos formais são semelhantes. Já no quarto grupo, a diferenciação poderia ser explicada pelos altos percentuais de homens em trabalhos por conta própria e como empregadores, posições de maiores escolaridades, que neste intervalo parecem ser capazes de lhes conferirem altos rendimentos. Mesmo que a proporção de mulheres em empregos formais seja maior que a de homens, os seus rendimentos são bem inferiores.

Por fim, percebe-se que os homens têm uma participação maior que as mulheres nos grupos de mais alta renda, o que está associado basicamente aos tipos de ocupação. As mulheres ocupadas na região metropolitana de São Paulo, em 2005, ainda não alcançaram a equidade de renda com relação aos homens; para o total do ocupados, as mulheres recebem apenas cerca de 76% dos rendimentos dos homens.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, A. S. C. Mulher e Trabalho no Brasil dos anos 90. Campinas, IE-UNICAMP. Tese de Doutorado, 2004
- BALTAR, P. O Mercado de Trabalho no Brasil dos anos 90. Campinas, IE-UNICAMP. Tese de Livre Docência, 2003
- BALTAR, P. Mudanças na Estrutura das Ocupações e no Nível dos Rendimentos do Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. In: Economia e Sociedade. n. 19, Campinas, UNICAMP-IE, julho/dezembro 2002
- BALTAR, P. Estrutura Econômica e Emprego Urbano na Década de 1990. In: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (org.) Trabalho, Mercado e Sociedade: O Brasil nos Anos 90. São Paulo, Editora UNESP; Campinas, SP, Instituto de Economia da UNICAMP, 2003a
- BALTAR, P. Posição na Ocupação e Rendimento da População Ocupada em Atividades Não Agrícolas no Brasil: 1981-2001. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, MG, Caxambu, 2004
- BALTAR, P., KREIN, J. D. e MORETTO, A. O Emprego Formal nos Anos Recentes In: Carta Social e do Trabalho número 3. Campinas, UNICAMP/IE/Cesit, 2006
- BALTAR, P. LEONE, E. Contradições das Relações de Trabalho Sob a Influência Neoliberal no Brasil. In: Apresentação no “Primer Colquio de Economía Política y Pensamiento Crítico”. Santiago do Chile, 9 a 11 de novembro de 2006
- BARBOSA, G. G., MOREIRA, I. T. Política Salarial e Repartição da Renda no Período de 1964/2000: Um Reexame do Caso Brasileiro. In: Revista da Abet, ano 3, número 2, 2003
- BARROS, R. P., HENRIQUES, R. (org), MENDONÇA, R. A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org) Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 2000
- CACCIAMALI, M. C. Política de Salário Mínimo e a sua Influência na Distribuição de Renda. In: www.mte.gov.br

- CARNEIRO, R. Desenvolvimento em Crise. A Economia Brasileira no Último Quarto do Século XX. São Paulo, Editora UNESP, 2002
- DEL BOCA, D.; PASQUA, S. Employment Patterns of Husbands and Wives and Family Income Distribution in Italy (1977-98). In: Review of Income and Wealth. series 40, number 2, 2003
- DEDECCA, C. S. Anos 90: A Estabilidade com Desigualdade. In: Proni, M. W. e Henrique, W. (coord.) Trabalho, Mercado e Sociedade. São Paulo, Editora Unesp, 2003
- DEDECCA, C. S., ROSANDISKI, E. N. Enfim, Esperança de Réquiem para a Tese da “Inempregabilidade”. In: Carta Social e do Trabalho número 3. Campinas, UNICAMP/IE/Cesit, 2006
- DIEESE. Salário Mínimo e Distribuição de Renda. In: Nota Técnica, número 6, 2005
- FORUM ECONÔMICO MUNDIAL. Women’s Empowerment: Measuring the Global Gender Gap. www.weforum.org, 2005
- GRISA, G. 100 Anos de Economia Brasileira: Vamos Comparar? <http://www.economiabr.net> 2003
- HOFFMANN, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil no Período de 1979/97 e a Influência da Inflação e do Salário Mínimo. In: Economia e Sociedade. Campinas, n. 11, 1998
- HOFFMANN, R. Mensuração da Desigualdade e da Pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org) Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 2000
- HOFFMANN, R. Desigualdade no Brasil: A Contribuição das Aposentadorias. Unicamp, Campinas, 2001
- HOFFMANN, R. A Distribuição de Renda e Crescimento Econômico. In: Estudos Avançados Scielo Brasil. Volume 15, número 41, São Paulo, 2001
- HOFFMANN, R. A Distribuição de Renda no Brasil no Período de 1992-2001. In: Economia e Sociedade. Campinas, n.19, 2002

- HOFFMANN, R., LEONE, E. Participação da Mulher no Mercado de Trabalho e Desigualdade da Renda Domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. In: Nova Economia, v. 14, n. 2, Belo Horizonte, IE-UFGM, 2004
- HOFFMANN, R., KAGEYAMA, A. A. A Distribuição de Renda no Brasil, entre Famílias e entre Pessoas, em 1970 e 1980. In: Estudos Econômicos, v. 16, n. 1, 1986
- LANGONI, C. G. Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1973
- LAVINAS, L. Proteção Social e Justiça Redistributiva: Como Promover a Igualdade de Gênero. Rio de Janeiro, IE-UFRJ, 2005
- LEME, C.; WAINMAN, S. Tendências de Coorte nos Diferenciais de Rendimento por Sexo. In: HENRIQUES, R. (org) Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 2000
- LEONE, E. O Trabalho da Mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: Proni, M. W. e Henrique, W. (coord.) Trabalho, Mercado e Sociedade. São Paulo, Editora Unesp, 2003
- LEONE, E. A Mulher no Atual Mercado de Trabalho. In: Carta Social e do Trabalho número 3. Campinas, UNICAMP/IE/Cesit, 2006
- MACHADO, A.F., OLIVEIRA, A. M. H. C. Tipologia de Qualificação da Força de Trabalho: Uma Proposta com Base na Noção de Incompatibilidade entre Ocupação e Escolaridade. In: Nova Economia, v. 14, n. 2, Belo Horizonte, IE-UFGM, 2004
- MENDONÇA, R. (org.), URANI, A. (org.). Estudos Social e do Trabalho. v.1, Rio de Janeiro, IPEA, 1994
- MINCER, J. Labor Force Participation of Married Women: A Study of Labor Supply. In: Aspects of Labor Economics. National Bureau of Economic Research, Princeton University Press, Princeton, NJ, 1962

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. A Evolução da Pobreza e da Desigualdade nas Últimas Décadas, <http://www.mct.gov.br/>

MONTALI, L.; LOPES, G. Relações Familiares e Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo na Década de 90. In: Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais da ABEP. Ouro Preto, MG, 2002

NERI, M. Estabilização, Salário Mínimo e a Redução Recente da Pobreza. In: Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, número 2, 1996

PAEP. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista. SEADE, São Paulo, 2001

ROCHA, S. As Metrôpoles Brasileiras às Vésperas do Terceiro Milênio. Econômica, n. 4, 2000

ROCHA, S. Renda e Pobreza. IPEA, Rio de Janeiro, 1998

SABOIA, J. Uma Política para o Salário Mínimo. In: Valor Econômico, 30 de novembro de 2005

SANTOS, A. L. Recuperação do Emprego Formal e Baixo Crescimento: Impactos Sobre o Mercado de Trabalho. In: Carta Social e do Trabalho número 3. Campinas, UNICAMP/IE/Cesit, 2006

SCHWARTZMAN, S. Romper o Bloqueio da Desigualdade. In: Agenda 95: Idéias Para Romper o Bloqueio da Desigualdade. O Estado de São Paulo, 1994

SEADE. Mulher e Trabalho. O Desemprego Feminino na Região Metropolitana de São Paulo. SEADE, São Paulo, n. 5, 2001

SEADE. Mulher e Trabalho. Ocupação Feminina e Flexibilização das Relações de Trabalho na RMSP – 1989-2001. SEADE, São Paulo, n. 8, 2002

SEADE. Mulher e Trabalho. O Mercado de Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo em 2005. SEADE, São Paulo, n. 16, 2005

TEXEIRA, A. Vinte Anos de Política Econômica. In: Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI. São Paulo, Fundação SEADE, 1992

VELLOSO, J. P. R. (org). A Questão Social no Brasil. Livraria Nobel Editora, São Paulo, 1991